

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano III - Nº 563 - Brasília, segunda-feira, 13 de outubro de 1997



Jefferson aponta "trapalhada" da diplomacia dos EUA



Arruda apóia a manifestação de Antonio Carlos



Melo vê "desastroso início" da reaproximação

VISITA DE CLINTON

Jefferson e Melo comentam críticas. Arruda apóia ACM

O pedido de desculpas do embaixador norte-americano Melvin Levitsky não foi suficiente para reduzir, no Senado, o impacto das declarações consideradas ofensivas ao Brasil e contidas em documento do Departamento de Comércio dos EUA a empresários que fazem parte da comitiva do presidente Bill Clinton em sua visita ao país, que começa hoje. O senador Jefferson Péres atribuiu a divulgação do documento a mais uma "trapalhada tradicional" da diplomacia daquele país. O senador Geraldo Melo, por sua vez, considerou o incidente "um desastroso início do que deveria ser uma operação diplomática de reconstrução da relação dos Estados Unidos com o continente no qual está inserido". Já o líder do governo no Congresso, José Roberto Arruda, cumprimentou o senador Antonio Carlos Magalhães por sua reação às críticas. "O presidente do Congresso marcou um posicionamento não só em nome dessa Casa, mas em nome de todo o povo brasileiro", afirmou.

No plenário, aplausos à indicação de Valmir para o TCU

Página 4

Projeto viabiliza presença de senadores em comissões

Página 8

Jucá tenta garantir verba maior para Saúde

Senador informa que Comissão de Orçamento aprovou emenda que prevê mais R\$ 1,3 bilhão para o setor. Página 6

Fim do segundo turno em debate

Plenário discute a partir de quarta-feira proposta que acaba com o segundo turno nas eleições para prefeito e governador. Página 3

Senado participa de evento de informática em Minas

A participação do Senado, por meio de palestras, exposições e vídeos, foi destaque no II Encontro Nacional de Informática Aplicada ao Legislativo (Enial 97), encerrado quarta-feira (dia 8), em Belo Horizonte. O estande do Prodasen foi o mais visitado na I Feira de Produtos e Serviços de In-

formática, que fez parte do evento, realizado na Assembléia Legislativa de Minas Gerais.

Segundo a diretora-executiva do Prodasen, Regina Celia Borges, vários representantes de assembleias legislativas e câmaras municipais procuraram o balcão do órgão para se cadas-

trar no programa *Interlegis*. "O Enial 97 foi muito positivo, pois houve um grande ganho na troca de informações entre as casas legislativas", disse Regina, observando que a tecnologia é fundamental no Legislativo, por fornecer um maior número de informações ao trabalho dos parlamentares.

Agenda do Dia

PLENÁRIO

14h30 - Sessão Não Deliberativa do Senado

PREVISÃO DE TRABALHOS

Terça-feira (14.10.97)

14h30 - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado

Hora do Expediente: O tempo destinado aos oradores será dedicado a homenagear o ex-senador Carlos Gomes do Oliveira

Orador: Esperidião Amin

Pauta: "Projeto de Resolução nº 102/97, autoriza o estado do Rio Grande do Sul a emitir Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Rio Grande do Sul - LFRS"; "PLC nº 47/94, dispõe sobre o exercício profissional do Técnico de Segurança Patrimonial"; "PLC nº 18/95, regulamenta o exercício profissional do Historiologista"; e "PLC nº 18/97, dispõe sobre a reestruturação da Justiça Federal de Primeiro Grau da 1ª Região.

Quarta-feira (15.10.97)

14h30 - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado

Hora do Expediente: O tempo destinado aos oradores será dedicado a homenagear o Dia do Professor.

Oradores: Emilia Fernandes, Ney Suassuna, Joel de Holanda, Sebastião Rocha, Lúcio Alcântara, Romeu Tuma, Romero Jucá e Esperidião Amin

Pauta: "PDL nº 116/96, aprova o ato que outorga permissão à Garcia Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Correntina, estado da Bahia"; "PDL nº 117/96, aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Liberdade de Caruaru Ltda."; "PLC nº 76/96, dispõe sobre a obrigatoriedade de indicação do número telefônico e do endereço do Procon, por parte dos estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços"; "PLS nº 257/96, dispõe sobre direito de resposta"; e o primeiro dia de discussão da "PEC nº 20/97, altera o caput do art. 28 e o inciso II do art. 29 da Constituição federal.

Quinta-feira (16.10.97)

14h30 - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado

Hora do Expediente: O tempo destinado aos oradores será dedicado a homenagear o Dia Mundial da Alimentação

Oradores: Osmar Dias, Marina Silva, Romero Jucá e Benedita da Silva

Pauta: "PLS nº 319/95, dispõe sobre o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco"; "Requerimento nº 700/97, do senador Lúcio Alcântara, solicitando, nos termos regimentais, a tramitação conjunta dos Projetos de Resolução nºs 16 e 125, de 1996, e 97, de 1997, por versarem sobre matéria financeira, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados"; "Requerimento nº 782/97, do senador Eduardo Suplicy, solicitando, nos termos regimentais, que seja ouvida, sobre o PLS nº 81/95, de sua autoria (dispõe sobre as sociedades cooperativas), além da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, também a de Assuntos Sociais"; "Requerimento nº 788/97, da senadora Emilia Fernandes, solicitando, nos termos regimentais, a tramitação conjunta do PLC nº 44/96 com o PLS nº 112/97"; "PLC nº 54/96, regulamenta o exercício da profissão de Classificador de Produtos Vegetais"; e o segundo dia de discussão da "PEC nº 20/97, altera o caput do art. 28 e o inciso II do art. 29 da Constituição federal.

COMISSÕES

Terça-feira (14.10.97)

10h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "Ofício "S" nº 79/97, encaminha solicitação do governo do estado do Rio Grande do Norte, para contratar operação de crédito junto à Caixa Econômica Federal - CEF"; "Ofício "S" nº 80/97, encaminha solicitação do governo do estado do Rio Grande do Norte, para contratar operação de crédito junto à Caixa Econômica Federal - CEF"; "Mensagem nº 166/97, encaminha a Programação Monetária relativa ao quarto semestre de 1997"; "Ofício "S" nº 86/97, encaminha solicitação do governo do estado da Bahia a respeito de concessão de garantias e contragarantias, no valor de até R\$ 40.800.000,00, aos agricultores da lavoura cacaujeira baiana"; "Mensagem nº 156/97, solicita autorização do Senado para contratar operação de crédito externo entre a República Federativa do Brasil e a empresa húngara Medicor Comercial S.A."; e "Ofício "S" nº 78/97, encaminha ao Senado Federal solicitação do governo do estado do Mato Grosso do Sul para contratar operação de crédito junto à Caixa Econômica Federal - CEF. Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa

10h - Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

Pauta: "PLC nº 45/97, dispõe sobre a segurança do tráfego aquaviário em águas sob jurisdição nacional e discussão das emendas coletivas da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura ao Orçamento da União para o ano de 1997. Sala 13 - Ala Senador Alexandre Costa

17h - Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: Audiência Pública em que será ouvido o depoimento do professor Dr. Dalton de Alencar Fisher Chamone, diretor-presidente da Fundação do Hemocentro de São Paulo, sobre as denúncias de contaminação de sangue veiculadas pela imprensa. Sala 9 - Ala Senador Alexandre Costa

18h - Comissão de Educação

Pauta: Discussão das Emendas Coletivas da Comissão de Educação ao Orçamento da União de 1998. Sala 15 - Ala Senador Alexandre Costa

Quarta-feira (15.10.97)

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "PEC nº 46/95, dispõe sobre o tratamento tributário dispensado aos produtos integrantes da cesta básica"; "PEC nº 52/95, suprime o parágrafo 3º do artigo 199, que veda a participação de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no país"; e "PEC nº 18/96, dá nova redação ao artigo 8º da Constituição federal, suprimindo o inciso II, que trata da unidade sindical. Sala 5 - Ala Senador Alexandre Costa

Quinta-feira (16.10.97)

10h - Comissão de Educação

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "PLS nº 54/97, dispõe sobre a reutilização de livros didáticos no ensino fundamental e médio"; e "PLS nº 263/95, dispõe sobre a educação à distância. Sala 15 - Ala Senador Alexandre Costa

ESPECIAL

Quarta-feira (15.10.97)

Projeto Cultura ao Meio-Dia, da Coordenação de Relações Públicas

10h - exibição do filme *O menino maluquinho*. Auditório Petrólio Portella

Cultura ao Meio-Dia, com exibição do filme *O Guarani*, de Norma Benguel. Auditório Petrólio Portella

O menino maluquinho faz o Dia da Criança

A Coordenação de Relações Públicas do Senado Federal preparou uma programação especial para comemorar a semana da criança: a exibição do filme *O menino maluquinho*, de Helvécio Raton, na quarta-feira (dia 15), às 10 horas, no Auditório Petrólio Portella.

O filme, baseado no livro do cartunista Ziraldo, conta a infância feliz de um menino que dribla suas dificuldades com esperteza e sabedoria. Sucesso em festivais, inclusive

no exterior, *O menino maluquinho* é divertimento certo para adultos e crianças.

No mesmo dia, o projeto Cultura ao Meio-Dia exibe o filme *O Guarani*, de Norma Benguel, no mesmo auditório. No elenco, Glória Pires, Héron Capri, Márcio Garcia e Angélica constroem uma trama de amor, inveja, intriga e guerra. O filme se passa no século XVII, quando o índio aimoré Peri salva da morte a jovem Cecília, filha de um fidalgo português.

Nirvana pinta Bahia

A Primeira Secretária do Senado promove, a partir de hoje, às 8h30, no hall do Auditório Petrólio Portella, exposição da pintora regionalista Nirvana, com temas sobre os

costumes e a vida no interior da Bahia. A mostra dá prosseguimento à série de exposições de pintores regionais, organizada por aquela secretária.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júlia Marise

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Flaviano Melo

4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes de Secretário: Emilia Fernandes - Lúcio Coelho
Joel de Holanda - Marluço Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

Editores - Djalba Lima, Edson de Almeida, José Humberto Mancuso e Luiz Augusto Gollo

Repórteres da Agência Senado - Alessandra Rocha, Anoushe Silveira, Antonio Caraballo, Beatriz Mendonça, Bernadete Barboza, Domingos Mourão, Eli Teixeira, Fábio Lino, Gilberto Campos, Graça Henriques, Jorge Frederico, Lúcio Leal, Márcia Magalhães, Monica Cocus, Paulo Henrique Bazerra, Rafael Paixão, Rita Nardelli, Sueli Bastos e Teresa Cardoso

Diagramação - Sérgio Luiz, Wesley Carvalho e Osmar Miranda

Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Jane Araújo e Roosevelt Pinheiro

Revisão - Lindolfo Amaral e Maria das Graças Aureliano

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - Telefone: 0800-612211 Fax: (061) 311-3137 - Brasília - DF

Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

O material jornalístico produzido pela Agência Senado é também distribuído na Internet, no STM-400 da Embratel e para 110 veículos de comunicação em todo o país.

www.senado.gov.br

Substitutivo de Francelino Pereira a proposta de Júlio Campos reduz as exigências para que o candidato a presidente da República conquiste sua eleição no primeiro turno

Plenário dá início à discussão do segundo turno na quarta-feira

O plenário do Senado começa a discutir nesta quarta-feira (dia 15) proposta de emenda constitucional que acaba com o segundo turno nas eleições de governador e de prefeito, de autoria do senador Júlio Campos (PFL-MT). "O segundo turno tem contribuído para inflacionar os custos das campanhas eleitorais, aumentando a influência do poder econômico no resultado das eleições", justifica Júlio Campos.

A proposta recebeu um substitutivo do relator na CCJ, senador Francelino Pereira (PFL-MG), o qual baixa para 45% o percentual de votos necessários para que o candidato a presidente da República seja eleito em primeiro turno. Hoje, há necessidade de 50% dos votos.

O substitutivo inclui ainda outra alternativa para

que um candidato à Presidência da República seja eleito no primeiro turno: a obtenção de 40% dos votos e ao mesmo tempo vantagem sobre o segundo colocado de 10 pontos percentuais. Nos dois casos, ficam de fora da contagem os votos em brancos e os nulos.

Se nenhum dos candidatos a presidente conseguir esses percentuais, será realizado o segundo turno das eleições em até 20 dias após a promulgação do resultado do primeiro turno.

De acordo com a proposta de emenda constitucional, a eleição do primeiro turno será feita no primeiro domingo de outubro do ano eleitoral. A emenda altera ainda a situação em caso de desistência ou morte de um dos dois candidatos mais

votados antes do segundo turno. Hoje, nesses casos, convoca-se o terceiro candidato mais votado. Pela proposta em discussão, será convocada uma nova eleição para 45 dias depois.

O plenário votará ainda outras 15 matérias nesta semana, entre elas um projeto

A proposta de emenda do senador Júlio Campos acaba com a possibilidade de segundo turno nas eleições para prefeito e governador

de lei que cria 35 novas varas na Justiça Federal da 1ª Região, com sede em Brasília, beneficiando os estados de Minas, Bahia, Goiás e Amazonas. Se aprovado o projeto, a ser votado na quarta-feira (dia 15), serão criados 852 novos cargos na Justiça Federal.

Também na quarta será votado projeto que obriga

tudo estabelecimento comercial a afixar em local visível o número do telefone e o endereço do Procon da cidade ou do estado. O projeto, oriundo da Câmara, recebeu substitutivo do relator, senador Leomar Quintanilha (PPB-TO).

O plenário apreciará ainda na quarta-feira projeto do senador Roberto Requião (PMDB-PR) que estabelece condições para o direito de resposta em jornal, televisão e rádio. No caso de jornal, a resposta terá o mesmo tamanho da matéria originária. Se for em TV, o mesmo tempo, acrescido de três minutos. Em rádio, o acréscimo será de dez minutos. O relator do projeto, Lúcio Alcântara (PSDB-CE), apresentou emenda ao projeto reduzindo o tempo de acréscimo nas respostas (dois minutos em TV e cinco minutos em rádio).



Parga em sintonia com sociedade

Bello Parga explica por que decidiu mudar voto

O senador Bello Parga (PFL-MA) explicou sexta-feira, em plenário, por que votou favoravelmente, no primeiro turno, à manutenção da aposentadoria especial dos magistrados, para mudar o seu voto no segundo turno, colocando-se em sintonia com "os clamores da sociedade".

- Muito embora já houvesse uma advertência do presidente do Supremo Tribunal Federal, alinhei-me entre aqueles que foram maioria na ocasião, achando que se deveria reservar para uma lei complementar posterior a situação dos magistrados do país - disse o senador. Ele destacou que entre as duas votações ocorreram fatos importantes que o levaram a rever sua posição no que se refere às aposentadorias.

Bello Parga citou a manifestação do presidente da República considerando que seria um erro a manutenção da aposentadoria dos magistrados; a mensagem do senador Antonio Carlos Magalhães, como presidente do Congresso Nacional, para quem "seria importante para esta Casa Legislativa que se eliminasse qualquer privilégio no sistema da Previdência Social brasileira"; e a mudança de posição de seu partido, o PFL, que, acentuou, de favorável no primeiro turno deixou a questão em aberto para cada senador votar como quisesse no segundo.

João Rocha reduz margem de endividamento

O senador João Rocha (PFL-TO) apresentou projeto de resolução que estabelece novos limites e condições para as operações de crédito e os dispêndios com a dívida pública dos estados, dos municípios e do Distrito Federal. A proposição reduz a margem de endividamento do poder público nessas esferas e o obriga a publicar mensalmente o valor dos débitos, em órgão oficial de imprensa, com explicações sobre as causas de variação no total da dívida.

O montante das operações de crédito interno e externo realizadas em um exercício financeiro está limitado, atualmente, ao valor da rolagem das dívidas anteriormente

contratadas ou a 27% da receita real líquida, o que for maior. Pelo projeto de João Rocha, o índice cai para 20%, assim como se reduzem os limites dos dispêndios anuais de 16 para 10% da receita real líquida (ou à margem de poupança real, o que for maior).

Quanto à taxa de juros nas operações de crédito interno, estabelece o projeto que ela não poderá ultrapassar o limite de um ponto percentual acima da remuneração nominal da caderneta de poupança. E com relação às operações externas, ela não poderá ser maior que o limite de um ponto percentual acima da taxa nominal de juros cobrados nos empréstimos de longo prazo dos organismos internacionais



Projeto de João Rocha reduz a capacidade dos estados de contraírem dívidas

de crédito.

Na justificativa do projeto, o senador argumenta que os limites de endividamento das unidades da Federação são amplos, e que as modificações introduzidas pelo Senado Federal no controle do endividamento público não impediram crises nos últimos anos.

Por isso, João Rocha considera salutar estabelecer novos

limites e condicionantes para o custo do endividamento, salientando que as mudanças por ele propostas servem para induzir a redução tanto do custo financeiro efetivo das dívidas públicas quanto do nível de endividamento, pois, com disse, "elimina-se a possibilidade de contrair dívidas visando ao financiamento de despesas correntes".

Cabral cumprimenta Valmir, aprovado para o Tribunal de Contas da União pela CAE



Unanimidade na CAE provocou várias manifestações de apoio ao senador brasileiro, que terá indicação votada em plenário

Cabral aplaude aprovação de Valmir para o TCU

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) elogiou sexta-feira a decisão tomada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) que, por unanimidade, aprovou a indicação do nome do senador Valmir Campelo (PTB-DF) para o cargo de ministro do TCU (Tribunal de Contas da União). Cabral disse que a ida de Valmir para aquela corte é um prêmio a um companheiro que sempre primou pela dignidade e retidão de comportamento.

Após salientar que, no TCU, Valmir vai suceder a "um grande amigo do Parlamento, o ministro Paulo Afonso Martins", Bernardo Cabral formulou "votos de que Valmir Campelo dê seqüência ao seu trabalho, olhando para o futuro sem medo de olhar para o seu passado". E acrescentou que "sua indicação tem um alto significado para o Senado Federal, porque, tenho certeza, Valmir Campelo vai dar um basta à impunidade que até agora tem sido um prêmio aos desonestos".

Em aparte, o primeiro vice-presidente do Senado, senador Geraldo Melo (PSDB-RN), desejou êxito "e tudo de bom" a Valmir Campelo. "Tenho certeza de que o TCU e a sociedade estarão muito bem servidos, porque, além da dedicação e seriedade, nas funções de ministro, ele dará

a mesma competência demonstrada como parlamentar", disse.

O senador Jefferson Pêres (PSDB-AM) também exaltou as qualidades de Valmir Campelo, "uma unanimidade, e nessa convivência de três anos é como se o conhecesse há 30 anos".

O senador Romero Jucá (PFL-RR) disse que a sabatina promovida pela CAE em torno da indicação para o TCU "demonstrou que Valmir Campelo é uma unanimidade, e que

Valmir disse que o dia de sua aprovação unânime na Comissão de Assuntos Econômicos foi também o coroamento de sua vida pública

não houve inquirição, mas sim uma homenagem". Jucá declarou ter certeza de que amanhã o plenário "também por unanimidade vai demonstrar o acerto da indicação".

- Vai ganhar o Senado Federal, o TCU e o Brasil, porque Valmir Campelo vai ampliar os caminhos entre aquela corte e a sociedade - frisou Jucá.

O senador Nabor Júnior (PMDB-AC), por sua vez, disse que Valmir Campelo "deixará uma lacuna, mas o TCU vai ganhar um ministro que vai honrar a corte e a classe política". Nabor salientou que Valmir "vai honrar o seu passado de homem público, inclusive

como deputado constituinte que deu importante contribuição ao país".

O primeiro-secretário, senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB), também hipotecou solidariedade e apoio pela indicação de Valmir Campelo para integrar o TCU. Ronaldo disse que "Valmir Campelo é uma figura humana que pode exibir sua paisagem interior como uma paisagem muito bonita; esta Casa vai perder um grande senador, mas não podemos ser egoístas a

ponto de privarmos o TCU, a sociedade e o país de um grande homem público".

Valmir Campelo, bastante emocionado, agradeceu os elogios e lembrou o dia em que a CAE decidiu sobre sua indicação para o TCU como "um dia de coroamento de minha vida pública, fiquei profundamente emocionado ao receber o apoio dos 24 membros da comissão".

O senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) também manifestou satisfação com a indicação de Valmir para o cargo de ministro do Tribunal de Contas da União. Segundo o senador, a indicação de Valmir é uma homenagem ao Distrito Federal, e sua experiência como homem público e sua atuação na área de fiscalização e controle o credenciam a ocupar o cargo de ministro do TCU.

Lobão registra 5 anos da morte de Ulysses Guimarães

O senador Edison Lobão (PFL-MA) lembrou sexta-feira o quinto aniversário do "trágico desaparecimento" de Ulysses Guimarães, ex-presidente da Câmara dos Deputados, e do ex-senador Severo Gomes, "num acidente que a nação inteira lamentou", ocorrido dia 12 de outubro.

Lobão afirmou que Ulys-

ses Guimarães foi um presidente que deu grandeza à Câmara dos Deputados e lembrou que o então deputado presidiu a Assembléia Nacional Constituinte que elaborou a Constituição de 1988. O senador destacou a "estatura política" de Ulysses e estendeu a homenagem a Severo Gomes.



Ronaldo: duas vezes prefeito de sua cidade natal

Ronaldo comemora 133º aniversário de Campina Grande

O senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) homenageou sexta-feira, no plenário da Casa, os três séculos de fundação e 133 anos de emancipação de Campina Grande, sua terra natal, cidade que já governou por duas vezes e que seu filho, Cássio Cunha Lima, atualmente administra também pela segunda vez.

Ronaldo fez questão de recordar e recitar, de memória, um conjunto de poesias que dedicou a Campina Grande, ora exaltando a cidade, ora proclamando planos e compromissos que assumiu em suas campanhas vitoriosas pela conquista da prefeitura.

Em aparte, o senador Edison Lobão (PFL-MA) deu depoimento do prestígio e carinho que Ronaldo Cunha Lima e seu filho desfrutam na cidade.

Ronaldo aproveitou o pronunciamento para destacar a figura do poeta paraibano Luiz Nunes e seu trabalho de quase 400 estrofes, em que exaltou a vida e a obra de Delmiro Gouvêa. Disse que o poeta está sendo homenageado com o título de cidadão honorário da cidade baiana de Delmiro Gouvêa, em função "de uma grande poesia de resgate" da obra pioneira daquele empresário.

Brasil deve repudiar documento, sugere Jefferson Péres. Geraldo Melo vê ação desastrosa na tentativa de reaproximação com o resto do continente. Arruda elogia ACM e reconhece esforço do embaixador dos EUA

Jefferson aponta gafe da diplomacia americana

O senador Jefferson Péres (PSDB-AM) afirmou sexta-feira que o Brasil deve repudiar o documento elaborado pelo Departamento de Comércio dos Estados Unidos e distribuído aos empresários daquele país, porque, na sua opinião, a diplomacia americana "cometeu uma impropriedade" ao tornar público documento com críticas a um país amigo, e isso deve ser colocado perante o governo dos Estados Unidos da América.

Jefferson Péres considerou "mais uma trapalhada tradicional da diplomacia americana, que nunca brilhou pela habilidade e pelo tato", o documento distribuído pela embaixada.

O senador disse, no entanto, que "o lamentável dessa história é que as críticas feitas pelos americanos são verdadeiras e devem levar-nos a uma reflexão sobre a fragilidade de nossas instituições e a necessidade de aperfeiçoá-las".

- Não se trata do Brasil e dos brasileiros. Eu tenho imenso orgulho de ser brasileiro, mas não me orgulho muito das instituições brasileiras. Não vejo nenhuma pessoa importante desse país ser punida. Que instituições são essas? São instituições extremamente falhas. Quando vejo a Câmara dos Deputados - com denúncias de deputados sucessivamente envolvidos em escândalos - não cassar um parlamentar, como posso me orgulhar de uma instituição como essa? - indagou.

Depois de afirmar que não se deve tapar o sol com a peneira, ele disse que a "a corrupção aqui é endêmica. Talvez seja endêmica em todos os países porque corrupção é universal. Creio que o que o documento deveria ter dito é que a impunidade aqui é realmente escandalosa".

Para Jefferson Péres "a diferença entre as denúncias de corrupção no Brasil e nos Estados é que lá não precisa o povo ir às ruas para acontecer a pu-

nição ou a destituição de um presidente da República". E explicou: "Lá, as pessoas acusadas de envolvimento em escândalos, como acontece atualmente com Bill Clinton, são investigadas, condenadas, independentemente de suas condições econômicas e sociais".

- No Brasil, o presidente foi destituído porque o povo foi às ruas. E o que aconteceu até hoje? O que lhe aconteceu? Nada. Qual o político condenado no país por corrupção eleitoral, por compra de voto? Qual é o banqueiro condenado no Brasil que está preso? Absolutamente nenhum! - frisou o senador.

Jefferson Péres observou ainda que a maioria dos juízes brasileiros é de boa qualidade moral e intelectual, mas o Judiciário não é eficiente; ao contrário, é absolutamente ineficiente, acentua. Exemplificando, o senador citou o caso do ex-governador de São Paulo, Paulo Maluf, que acaba de ser condenado pelo STJ, pela irresponsabilidade no caso da Paulipetro. "No entanto, 17 anos depois, a ação ainda cabe recurso".

Na opinião de Jefferson, o Brasil dará uma demonstração de soberania diante dos Estados Unidos se resistir firmemente às pressões que virão com o presidente Bill Clinton para apressar a Alca, para vender o armamento bélico. Além disso, conforme o senador, o Brasil precisa pressionar o governo americano para que ele proponha a quebra das barreiras tarifárias. "É preciso conversar de igual para igual, sem complexo de inferioridade, de Nação colonizada".

Ele disse que "temos um tremendo complexo de inferioridade. Por isso, qualquer crítica que vem dos Estados Unidos e da Europa nos deixa altamente feridos".

- Eles nos criticam e nós os criticamos. Eles defendem seus interesses e nós defendemos os nossos. Vamos deixar de ser apaixonais e ter maturidade - frisou.



Jefferson: trapalhada

Viagem já começa mal, na opinião de Melo

"Um desastroso início do que deveria ser uma operação diplomática de reconstrução da relação institucional e internacional dos Estados Unidos com o continente no qual está inserido". Assim o senador Geraldo Melo (PSDB-RN), em aparte ao senador Jefferson Péres, definiu o documento sobre o Brasil, distribuído por autoridades americanas aos empresários que acompanham o presidente Bill Clinton em sua viagem ao país.

Geraldo Melo disse que os Estados Unidos, no plano moral, não têm autoridade para criticar o Brasil, já que pesam sobre o atual presidente americano algumas acusações

graves e o ex-presidente Richard Nixon teve de deixar o poder em virtude da pressão popular.

- Trata-se de um país que procura nos ensinar sobre meio ambiente e sobre relações com a cultura indígena, mas cuja própria história mostra que nada têm a exemplificar - afirmou.

Geraldo Melo acrescentou que os EUA, "um país que prefere ser chamado apenas de América", se esqueceu desse continente. Mas, a seu ver, está na hora de os brasileiros se tornarem mais orgulhosos do Brasil, incorporando o entusiasmo e a esperança ao trabalho que vem sendo realizado para a transformação do



Melo: EUA querem ser a América país.

- A obra de transformação do Brasil em que estamos todos empenhados é o desafio de uma geração que conta com figuras eminentes e inatacáveis, cujo comportamento é uma referência para o povo brasileiro - disse. No seu entender, entretanto, o país não conseguirá, "como de resto nenhum povo conseguiu", deixar a condição de sociedade formada por seres humanos, portadores de qualidades e defeitos.

Arruda concorda com reação enfática de Antonio Carlos

O senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), líder do governo no Congresso, cumprimentou em plenário, sexta-feira, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, pela veemência com que reagiu às críticas ao Brasil contidas no documento do Departamento de Comércio norte-americano. Segundo ele, o relatório atingiu a nação com afirmações "inaceitáveis e levianas".

- Cumprimento o presidente do Congresso Nacional pela força no exercício da sua autoridade porque, mediante sua palavra pública e oficial, a história deste país e das relações do Brasil com os Estados Unidos vai registrar que o povo brasileiro, com bom senso, com educação, mas com firmeza, através de seus líderes, defende a sua soberania. A nação norte-americana curva-se e se desculpa pelos seus excessos e pelos preconceitos contidos



Arruda: levandade deles

naquele relatório - afirmou.

Arruda enfatizou a importância do gesto de Antonio Carlos Magalhães que "eximiu o presidente da República de se manifestar. É preciso reconhecer,

acima de qualquer divergência partidária ou ideológica, que o presidente do Congresso marcou um posicionamento não só em nome dessa Casa, mas em nome de todo o povo brasileiro".

- Não queremos tapar o sol com a peneira; sabemos dos nossos problemas, conhecemos as mazelas da nossa sociedade e até do nosso aparelho de Estado nos seus três níveis. Mas a nossa geração tem trabalhado para expor suas

próprias feridas e para resolvê-las com transparência, clareza - declarou, lembrando o processo de impeachment contra o então presidente Fernando Collor.

O senador louvou, entretanto, a atitude "digna" do embaixador dos Estados Unidos, Melvin Levitsky, ao desculpá-lo pelas expressões ofensivas e anunciar que as retiraria do relatório distribuído aos empresários da comitiva do presidente Bill Clinton.

Arruda disse que "a história do povo americano não pode ser maculada por esse ato infeliz" e declarou-se convencido de que "a utopia da união dos povos americanos está acima desses episódios nefastos, mas transitórios, das nossas relações." Ele acredita que a visita de Clinton vai fortalecer os laços políticos e comerciais entre os dois países e considerou o episódio encerrado.

"Entendo as dificuldades do ministro Kandir, mas são muito maiores os problemas do ministro Carlos César Albuquerque"

Emenda de Jucá garante recursos para a Saúde

O senador Romero Jucá (PFL-RR) anunciou sexta-feira a aprovação, pela Comissão Mista de Orçamento, de emenda que apresentou equiparando os recursos para a Saúde, no próximo ano, ao valor estabelecido pelo Orçamento da União para 1997. Ele explicou que a proposta orçamentária enviada ao Congresso Nacional prevê apenas R\$ 19,1 bilhões para 1998, quando o valor estipulado para o ano em curso seria de R\$ 20,4 bilhões.

Romero Jucá disse que os técnicos do Ministério do Planejamento justificaram a redução da verba sob o argumento de que parte dos recursos do Ministério da Saúde estava contingenciada, resultando que seriam aplicados em 1997 os mesmos R\$ 19,1 bilhões previstos para o próximo ano.

Entretanto, segundo Jucá, a Lei de Diretrizes Orçamentárias determina que o Orça-



Jucá teve sua emenda aprovada pela comissão

mento autorizado pelo Congresso para 1997, de R\$ 20,4 bilhões para a Saúde, não poderia ser reduzido na sua aplicação para o ano de 1998. Por essa razão, o senador disse não se haver acomodado às explicações dos técnicos, apesar de reconhecer as dificuldades orçamentárias e financeiras pelas quais passa o país.

Entendo as dificuldades do ministro Kandir, mas são muito maiores os problemas do ministro Carlos César Albuquerque, porque ele é respon-

sável direto pela política de saúde pública do Brasil - disse o senador, ressaltando que o Congresso deu sua contribuição para o setor quando aprovou a cobrança da CPMF para suprir o Ministério da Saúde.

Romero Jucá advertiu que os recursos da CPMF não devem servir para cobrir lacunas no equilíbrio orçamentário. "Se houver excesso de arrecadação da CPMF, que seja colocado exatamente para suplementar o orçamento do Ministério da Saúde", defendeu.

Edison Lobão elogia ações do governo para setor elétrico



Lobão: equipe competente

O senador Edison Lobão (PFL-MA) elogiou sexta-feira as ações do governo Fernando Henrique Cardoso para o setor elétrico, afirmando que as providências técnicas e administrativas que vêm sendo adotadas são "politicamente recomendáveis". Segundo o senador, as diretrizes do governo têm sido conduzidas de forma consistente pelo Ministério de Minas e Energia, e o ministro Raimundo Brito lidera "uma competente equipe de técnicos".

Depois de prestar uma série de informações sobre o novo perfil do setor elétrico, o senador afirmou que o plano de trabalho do

Ministério de Minas e Energia estimado para os próximos dez anos "é sério, confiável e muito bem fundamentado".

Lobão afirmou ainda que a privatização do setor elétrico impôs-se como alternativa imprescindível para atualizá-lo e dinamizá-lo, com os objetivos principais de ampliar a sua eficiência, estabelecer um mercado competitivo para assegurar baixos custos, garantir os investimentos necessários para a expansão do sistema e aliviar o Orçamento da União.

Em apartes, ele foi apoiado pelos senadores Bello Parga (PFL-MA) e Romero Jucá (PFL-RR).

CONHEÇA O SENADO

Saiba quais são as competências privativas

O Senado tem atribuições que são privativas da instituição e determinantes para os destinos do país. Essas responsabilidades exclusivas fazem com que o Senado interfira na composição e na atuação dos Poderes Executivo e Judiciário.

Uma das competências privativas do Senado é o direito de processar e julgar o presidente da República e outras altas autoridades nos crimes de responsabilidade. Para isso, a Casa assume a função de órgão judiciário e é presidido pelo presidente do Supremo Tribunal Federal. Mas, para instalar processo contra o presidente, o vice-presidente ou ministros de estado, é necessária autorização da Câmara. Já para processar os ministros do Supremo, o procurador-geral da República e o advogado-geral da União por crime de responsabilidade não há necessidade de autorização.

Outra competência privativa do Senado é aprovar ou rejeitar a escolha de magistrados, do procurador-geral da República, de chefes de missão diplomática e do presidente e diretores do Banco Central. Cabe ainda à Câmara Alta apreciar as indicações para o Conselho Administrativo de Defe-

sa Econômica (Cade) e para o cargo de defensor público da União. Todas as autoridades que precisam da autorização do Senado são sabatinadas por comissão competente. A comissão vota a indicação e emite parecer que, depois, é apreciado pelo plenário da Casa. A sabatina e a votação dos candidatos a chefes de missão diplomática são feitas em reuniões secretas.

Além de aprovar nomes indicados pelo presidente da República, o Senado também tem a responsabilidade de eleger dois membros do Conselho da República. Esse conselho é um órgão superior de consulta do presidente da República, que opina sobre questões importantes para a estabilidade das instituições democráticas.

Autorizar empréstimos à União, estados, DF e municípios e fixar o limite do montante de sua dívida é mais uma competência exclusiva do Senado. Essa responsabilidade decorre do fato de a Câmara Alta ser composta pelos representantes da Federação.

Outra atribuição privativa da Casa é a de suspender a execução de lei declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal.



Senado assume também a função de órgão judiciário

Novo mercado inclui Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Acre, Rondônia e Tocantins, contando com 86 parlamentares federais

Carlos Bezerra destaca instituição do Mercoeste

O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) registrou a assinatura da Carta de Instituição do Mercoeste pelos presidentes das federações das Indústrias do DF e dos estados do Centro-Oeste (Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul), Acre, Rondônia e Tocantins. Segundo o senador, o bloco pretende aglutinar as forças das lideranças empresariais, políticas e comunitárias do Oeste do país, buscando encontrar soluções regionais que sirvam a todos.

- São forças representadas por sete governadores, 21 senadores e 65 deputados federais, além de deputados estaduais, prefeitos e vereadores e sete federações de indústrias. É uma população de mais de 12 milhões de habitantes, riquíssimo potencial de transporte multimodal, re-



Bezerra: perspectivas a Leste e Oeste

curso hidroenergéticos, potencial turístico e magnífico ecossistema - lembrou.

Na opinião de Carlos Bezerra, o Centro-Oeste tem amplas possibilidades de estabelecer relacionamento comercial com todo o subcontinente sul-americano. Pode ter acesso aos mercados externos, do lado do Atlântico pelos portos brasileiros, ou do Pacífico pelos portos do

Equador, Peru ou Chile, enfatizou.

Carlos Bezerra destacou ainda o programa de desenvolvimento sustentável que faz parte dos objetivos da Carta do Mercoeste. Conforme relatou, as bases do programa são a "consolidação dos eixos físicos e humanos estruturadores do desenvolvimento regional; a eleição de projetos para a agropecuária e o turismo; e o equacionamento de questões sociais bloqueadoras do processo de desenvolvimento, tal como a questão fundiária".

Além disso, são também prioridades o estímulo às parcerias entre o Estado e os empresários e a busca do envolvimento de todas as entidades representativas da sociedade, como o Sesi e o Sebrae.

Amin: endosso ao requerimento da Câmara Municipal dirigido a FHC



Amin apóia pedido de Florianópolis

O senador Esperidião Amin (PPB-SC) endossou requerimento aprovado pela Câmara Municipal de Florianópolis pedindo ao presidente da República providências para a ampliação e agilização de repasse dos recursos federais para a capital catarinense.

Para o senador, "o documento é uma peça densa, que, sem se perder em retóricas vazias de conteúdo, aponta os problemas mais angustiantes daquela cidade, como a miséria, que atinge

11% da população". Isso, conforme o senador, decorre do êxodo rural, que provoca a ocupação desordenada da periferia e eleva o índice de mortalidade infantil na capital.

De acordo com Esperidião Amin, o repasse dos recursos federais para Florianópolis possibilitará investimentos em obras e serviços nos bolsões de miséria, ampliando a infraestrutura de educação e saúde e criando cursos de capacitação profissional.

TV SENADO HOJE

24 horas no ar

- 7h - Entrevista com o senador Joel de Hollanda (PFL-PE) sobre a necessidade de os municípios terem mais autonomia para resolver problemas nas áreas de saúde e segurança (reapresentação)
- 7h30 - "Jornal da Amazônia"
- 8h - Debate entre o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) e o diretor da Sociedade Brasileira de Biotética, Dr. Volney Garrafa, sobre a lei que trata da doação presumida de órgãos humanos (reapresentação)
- 9h30 - Entrevista com o senador Joel de Hollanda (reapresentação)
- 10h - Reunião da CCI do dia 7 de outubro, quando foi discutido o FEF (reapresentação)
- 13h30 - "Fala Cidadão" - que responde a perguntas dos usuários do serviço 0800 (reapresentação)
- 14h30 - Sessão plenária (vivo)
- Em seguida - Comissão de Assuntos Econômicos (reapresentação)
- 20h30 - "Congresso Hoje"
- 20h35 - "Senado em Pauta"
- 20h40 - Sessão plenária (reapresentação)
- 00h30 - "Jornal da Amazônia"
- 01h - Debate entre o senador Levy Dias (PPB-MS) e o deputado federal Delfim Netto (PPB-SP) sobre a política de juros do governo e as reformas fiscal e tributária (reapresentação)
- 2h30 - Sessão plenária (reapresentação)
- 6h30 - "Congresso Hoje" (reapresentação)
- 6h40 - "Senado em Pauta" (reapresentação)
- Obs.: Programação sujeita a alterações.

RÁDIO SENADO HOJE

24 horas no ar

- 7h30 - "Jornal do Senado" (1ª edição)
- 7h40 - Música e informação
- 13h30 - "Jornal do Senado" (2ª edição)
- 13h45 - Música e informação
- 14h15 - "Plenário em Revista"
- 14h30 - Sessão plenária
- 19h - "A Voz do Brasil"
- 20h - Música e informação
- 22h30 - "Jornal do Senado" (3ª edição)
- 22h45 - Música e informação
- 24h - Retransmissão da sessão plenária
- 3h - Música e informação até as 7h30

Odacir suspeita de crime em incêndio de dois helicópteros

O senador Odacir Soares (PTB-RO) pediu ao ministro da Justiça, Iris Rezende, que a Polícia Federal investigue as causas do incêndio que provocou a destruição de dois helicópteros da Eucatur, que se encontravam no hangar daquela empresa de turismo, na madrugada de sexta-feira, em Rondônia. "As aeronaves prestam serviços ao governo do estado, sendo inclusive utilizadas pelo governador Valdir Raupp", disse.

Para o senador, o fato é da maior gravidade, e "o episódio se agrava quando se toma conhecimento de que o incêndio apresen-

ta convincentes indícios de um atentado criminoso". Ele alertou ainda para outro agravante, que "reside na circunstância de que tal atentado vincula-se às eleições de 1998".

Odacir Soares disse que as providências a serem adotadas precisam mostrar-se "tão céleres e tão incisivas

que desencoragem os autores desse atentado a prosseguirem na adoção da via da delinquência e do banditismo, como procedimento adequado à conquista do poder e à obtenção de bons resultados nas eleições que se avizinham".



Odacir: pedido ao ministro para pôr a Polícia Federal nas investigações

Redução do número de membros nas comissões de Assuntos Sociais (de 29 para 21) e de Educação (de 27 para 19) foi a resposta ao pedido do presidente do Senado, Antonio Carlos, no sentido de garantir a participação dos senadores

Projeto facilita quorum nas comissões

Com o objetivo de possibilitar o comparecimento dos senadores a todas as reuniões das comissões permanentes das quais são membros, os presidentes desses órgãos e os líderes na Casa apresentaram projeto de resolução reduzindo a composição das comissões atualmente com maior número de membros: Assuntos Sociais, de 29 para 21, e Educação, de 27 para 19.

Eles argumentam que a adoção da medida "irá melhor viabilizar os trabalhos das comissões permanentes".

O projeto resulta de determinação do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, durante reunião, no início de setembro, com os presidentes das comissões e os líderes - visando agilizar os trabalhos daqueles órgãos -, de que fosse elaborada uma mi-

nuta de proposição reduzindo o número de seus membros.

O Regimento determina,

Regimento determina que cada senador poderá integrar duas comissões como titular e duas na condição de suplente

conforme esclarecem os autores do projeto, que cada sena-

dor poderá integrar duas comissões como titular e duas como suplente. Eles assinalam que, em

virtude dessas disposições, calculou-se o número de integrantes de cada comissão e a data e o horário das reuniões, "de maneira que os senadores pudessem comparecer a todas as reuniões das comissões das quais fossem membros, sem

prejuízo para qualquer delas".

Entretanto, alegam que a criação da Comissão de Fiscalização e Controle, integrada por 17 membros, inviabilizou a aplicação daqueles dispositivos, e "o que se vê é que os líderes, ou deixam de preencher alguns lugares destinados à sua bancada na composição das comissões, ou indicam até três membros, contrariando, assim, a norma regimental".

Pedro Simon presta homenagem aos Irmãos Maristas

O centenário da presença no Brasil da Congregação dos Irmãos Maristas, a ser comemorado na quarta-feira (dia 15), foi motivo da homenagem que o senador Pedro Simon (PMDB-RS) prestou aos membros do Colégio Rosário de Porto Alegre, no qual estudou.

O idealismo dos maristas pode ser bem avaliado pelo fato de se dedicarem à educação cristã da mocidade e à difusão do culto à Virgem Maria, sem receberem ordens sacerdotais, o que significa que não estão autorizados, ordinariamente, a celebrar missas nem a administrar os sacramentos, como o fazem os padres - disse. Para Simon, são inúmeros

os pontos do Brasil que têm razão para comemorar o centenário, pois tiveram o "privilegio" de receber a obra dos maristas. Ele informou que os Irmãos Maristas estão reunidos, desde o dia 11 até o dia 15 deste mês, em Mendes (RJ), para as comemorações, com a presença de 300 religiosos e 30 leigos.

Com enorme alegria, mas pesaroso de não estar presente, registro aqui as comemorações promovidas pelo meu inesquecível Colégio Marista Nossa Senhora do Rosário, sob o título Rosário comemora o Centenário Marista. Aos caríssimos mestres e aos queridos colegas daqueles tempos, minha gratidão e minha saudade - concluiu Simon.



Pedro Simon exaltou a importância do trabalho idealista dos Irmãos Maristas

Campos quer crianças com assistência afetiva dos pais

O senador Júlio Campos (PFL-MT) defendeu a aprovação de projeto de lei de sua autoria que objetiva incluir a assistência afetiva como dever dos pais para com os seus filhos, consagrada de forma ampla na Constituição de 88. No seu entender, se aprovada, a matéria vai preencher "imenso vazio" no Direito de Família pátrio.

O projeto altera o Código Civil, o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei do Divórcio, impondo aos pais a assistência afetiva, imaterial e psicológica, com



Campos: prioridade aos filhos

caráter intransferível, "porquanto indispensável à formação da criança em processo de crescimento, independente da manutenção do laço conjugal".

A idéia predominante é pela preservação do interesse dos filhos, que prevalece sobre quaisquer outras ponderações de natureza pessoal, ou sentimental, dos pais. A visita é um daqueles direitos que melhor se caracteriza como dever porque dela provém a relação entre pais e filhos, necessária ao desenvolvimento biopsicossocial destes últimos, prejudicada com a quebra do vínculo matrimonial e consequente fixação da guarda dos menores por apenas um dos genitores - disse o parlamentar.

Jonas pede valorização do trabalho de agrônomos

Ao registrar a passagem do Dia do Engenheiro-Agrônomo, comemorado ontem (12 de outubro), o senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) apelou para que toda a sociedade lute pela valorização desses profissionais, que, a seu ver, não têm recebido o reconhecimento devido aos valiosos trabalhos que desenvolvem.

Os engenheiros-agrônomos dispõem de uma ampla formação acadêmica e, por isso, vêm apoiando os mais diversos segmentos de produção de alimentos e do complexo agroalimen-

tar brasileiro. Eles atuam, de forma importantíssima, no processo de geração de novas tecnologias agropecuárias, indispensáveis ao desenvolvimento e à modernização da agricultura - disse.

De acordo com Jonas Pinheiro, essa categoria, por receber no seu processo de formação acadêmica conhecimentos de sociologia rural, de comunicação e de extensão rural, são profissionais que têm amplas condições de conhecer e interpretar a realidade rural sob o prisma humano.



Jonas: reconhecimento de valor